

Ativismo feminista no Facebook:

uma análise comparada das páginas Não me Kahlo (Brasil) e Capazes (Portugal)

Feminist activism on Facebook: a comparative analysis of the pages Não me Kahlo (Brazil) and Capazes (Portugal)

Mara Magalhães

CIC.Digital-FCSH/CICS.NOVA

marasemyra@gmail.com

ORCID: 0000-0003-0217-4541

Lidia Marôpo

IPS/CICS.NOVA

lidia.maropo@ese.ips.pt

ORCID: 0000-0003-4687-7628

Inês Amaral

FLUC/CECS Uminho

inesamaral@gmail.com

ORCID: 0000-0003-4929-4866

https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_2

Resumo

Levando em consideração o feminismo como movimento social e ativismo digital, analisamos comparativamente as páginas feministas brasileira e portuguesa com maior número de seguidores no Facebook, respectivamente *Não me Kahlo* e *Capazes*. Neste estudo exploratório, utilizámos a ferramenta *Netvizz* para mapear os conteúdos publicados em março de 2016, numa análise quanti-qualitativa. Os resultados sublinham semelhanças nas temáticas abordadas que apontam para um enlace identitário (Pereira, 2011) entre os dois perfis, mas também diferentes ‘nós’ feministas (Tomazetti, 2015) em função das características de cada página e do contexto dos países. Na página portuguesa prevalecem narrativas individuais e pessoais, num tom intimista e confessional, com posições político-partidárias pouco explícitas, num feminismo em primeira pessoa, próximo ao que Galloway (1997) chama de ciberfeminismo conservador. Na página brasileira, os discursos são fortemente politizados, em tons reativos, reivindicativos ou de denúncias, que remetem para o feminismo como causa coletiva, no que Boix e Miguel (2013) chamam de ciberfeminismo social.

Palavras-chave: feminismo; ciberativismo; Facebook; Brasil; Portugal.

Abstract

Taking into account feminism as a social movement and digital activism, we comparatively analyze the Brazilian and Portuguese feminist pages with the largest number of followers on Facebook, respectively *Não me Kahlo* e *Capazes*. In this exploratory study, we used the *Netvizz* tool to map the contents published in March 2016, in a quanti-qualitative analysis. The results underline similarities in the themes addressed that point to an identity link (Pereira, 2011) between the two profiles, but also different feminist ‘nodes’ (Tomazetti, 2015) depending on the characteristics of each page and the context of the countries. In the Portuguese page, individual and personal narratives prevail, in an intimate and confessional tone, with little explicit political-party positions, in a first-person feminism, close to what Galloway (1997) calls conservative cyberfeminism. In the Brazilian page, the discourses are strongly politicized, in reactive, demanding or denouncing tones, which refer to feminism as a collective cause, in what Boix and Miguel (2013) call social cyberfeminism.

Keywords: feminism; cyberactivism; Facebook; Brazil; Portugal.

Introdução

As redes sociais *online* (Twitter, Facebook, Youtube, Instagram, entre outras) são inquestionavelmente importantes ferramentas no contexto do ciberativismo. Santos e Barros sublinham que “o lugar de militância está mais amplo. As redes sociais se tornaram as ruas, os cartazes e panfletos informativos e críticos, hoje, são os posts” (2015, p. 2). Nesta perspectiva, Câmara afirma que “a apropriação das redes sociais no movimento feminista é mais que a simples divulgação do tema” (2016, p. 64). Segundo Tomazetti, essas redes possuem “‘nós’ feministas com segmentos múltiplos: de organização ativista; de reflexão; de conteúdo irônico; provocativo; de prática institucional; de movimentos mundiais; e assim a lista de nuances continua” (2015, p. 8). O ativismo digital possibilita a horizontalidade da comunicação, a difusão de conteúdos e, o mais importante, a sua produção (Cardoso & Castells, 2006). Além disso, permite participação mais ativa em processos de deliberação (Esteves, 2007; Papacharissi, 2002) e contribui para a revitalização da comunicação política (Coleman & Blumler, 2009).

Neste sentido, propomos neste artigo um estudo de caso comparativo de duas páginas lusófonas (Brasil e Portugal) de ativismo feminista no Facebook, levando em consideração o contexto de cada país. No caso português, os direitos das mulheres e da comunidade LGBT têm vindo a ser sedimentados pela legislação e gradualmente aceites pela sociedade. O país legalizou a interrupção voluntária da gravidez e a união civil e adoção por casais homossexuais. Em 2018, o governo aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação que, entre outras frentes, busca promover “o combate à segregação ocupacional, a promoção da igualdade salarial e da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal”¹. Este é o sexto plano nacional orientado à igualdade de género, cidadania e não discriminação, sendo que o primeiro data de 1997. Apesar de estar no fundo da tabela de igualdade de género da Europa (21ª posição na UE a 28), o Instituto Europeu para a Igualdade

de Género aponta avanços, embora afirme que no âmbito do trabalho as mudanças são muito lentas. Os homens portugueses ganham em média 16,7% a mais do que as mulheres². No Brasil, ainda se luta por avanços numa legislação conservadora em temáticas como a interrupção voluntária da gravidez e a união civil de homossexuais, sendo a violência de género e a desigualdade social (que afeta substancialmente as mulheres) preocupações centrais. Segundo a ONU, o país tem a quinta maior taxa de feminicídio do mundo e é o 10º mais desigual, sendo a renda per capita da mulher 66,2% inferior à dos homens. Segundo o índice de Desigualdade de Género da ONU, em 2017, Portugal ocupa a 33ª posição e o Brasil ocupa a 90ª dentre 144 países³.

2 Dados disponíveis no site do European Institute for Gender Equality em: <http://eige.europa.eu/gender-equality-index> e no documento *Igualdade de Género em Portugal: indicadores-chave 2017*, publicado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/AF_CIG_Fact-Sheet.pdf.

3 Dados disponíveis no *Global Gender Gap Report 2017*: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2017/dataexplorer/#economy=PRT>.

1 Informações da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego de Portugal, disponíveis em: <http://cite.gov.pt/pt/destaques/noticia744.html>.

Por meio de um estudo exploratório, o objetivo é analisar os conteúdos das duas páginas feministas no Facebook com maior número de seguidores no Brasil e em Portugal. São, então, objeto de análise a página brasileira *Não me Kahlo* e a portuguesa *Capazes*, cujos dados foram recolhidos em março de 2016⁴. As duas constituem exemplos significativos das novas tendências nas formas de ação coletiva e sociabilidade em rede. Neste sentido, é relevante enquadrar o feminismo enquanto movimento social e de ativismo digital.

Movimentos sociais, feminismo e ciberativismo

O ciberespaço permite a construção social partilhada de representações de indivíduos e grupos em redes por meio da criação de novos espaços para informação e debate (Dahlberg, 2001). Os *media* sociais são ferramentas que

permitem organizar movimentos e disseminar informações, o que pode ser um instrumento facilitador de mudança porque potencia canais de comunicação para promover a ação coletiva. A sua capacidade de suportar redes sociais assimétricas de conteúdos permite fortalecer laços fortes mas, sobretudo, maximizar e expandir laços fracos que sustentam e mobilizam a ação coletiva. Estas redes são assimétricas porquanto não necessitam de reciprocidade de outros utilizadores já que o laço relacional é o conteúdo, o que transforma estas “estruturas em mapas de mediações e interações sociais através da apropriação da técnica” (Amaral, 2016, p. 192). Os laços fracos permitem a expansão destas redes. Granovetter (1973) desenvolveu a teoria dos laços fracos e laços fortes para analisar o conceito de influência nas redes sociais. Os laços fortes estão associados a comunidades mais fechadas, enquanto que os laços fracos “tendem preferencialmente a abrir-se para o exterior” (Lemieux & Ouimet, 2004, p. 53). A argumentação de Granovetter centra-se na ideia de que “os atores que partilham ligações fortes habitualmente fazem parte de

um mesmo círculo social, enquanto que os atores com laços mais fracos são de extrema importância na medida em que estabelecem a ligação entre diferentes grupos sociais” (Amaral, 2016, p. 119).

Pereira defende que as “tecnologias não apenas se tornaram instrumentos de fundamental importância para a organização e articulação de tais coletivos sociais, como também proporcionaram a formação de novos movimentos sociais e novas formas de ativismo” (2011, pp. 248-249). Na perspetiva do autor, estes movimentos passam a caracterizar-se com base numa atuação cada vez mais em forma de rede, pela formação de amplas coalizões e pelo enlaçamento ou agregação de grupos identitários, frequentemente segundo a geografia das comunidades culturais, linguísticas ou a identificação e compartilhamento de certos valores. A evolução da técnica permitiu novas formas de atuar coletivamente (Batista, 2012). A migração do ativismo para o digital surge desta oportunidade de ampliar o conceito de pertença a causas e grupos (Rigitano, 2003; Batista & Zago, 2010), potenciando as denominadas “ações

⁴ Em março de 2016, a página brasileira *Não me Kahlo* tinha 534 mil seguidores, enquanto a portuguesa *Capazes* tinha 145 mil. Em janeiro de 2018, o perfil brasileiro contava com 1 milhão e 227 mil seguidores e o português com 165 mil, continuando a ser os mais populares em cada país.

individualizadas em rede” (Micheletti, 2003) que contribuem para uma dimensão coletiva sem necessidade de organização (Bennet & Segerberg, 2012). A migração do ativismo para o digital surge desta oportunidade (Rigitano, 2003; Batista & Zago, 2010). Como refere Câmara, um “exemplo claro de uso da internet como espaço social é o ativismo online, o ciberativismo” (2016, p. 67).

Os movimentos sociais estiveram sempre muito ancorados à perspectiva de classe social e a uma identidade coletiva através da qual se desenhavam processos de negociação (Melucci, 1995). A contemporaneidade e a tecnologia implicaram novas definições para o conceito de “movimento social”, desde sempre muito ligado à perspectiva política. Dentro da lógica da ação contenciosa, Cammaerts propõe a “estrutura de oportunidade de mediação” definindo-a como “semi-independente da estrutura de oportunidade política e composta pela estrutura de oportunidades de media, a estrutura de oportunidade discursiva e a estrutura de oportunidades em rede” (2012, p. 119). A este respeito observa Bakardjieva que “a

transformação em curso nas tecnologias e práticas de comunicação afetou, sem dúvida, profundamente as estruturas de oportunidades de mediação enfrentadas pelos movimentos sociais contemporâneos como atores” (2015, p. 984). Os denominados “novos movimentos sociais” são abrangentes e enquadram os movimentos pacifistas, ambientalistas, pelos direitos civis e das mulheres, entre outros (Pereira, 2011). Numa lógica distinta dos movimentos sindicalizados ou de base rural, os “novos movimentos” são urbanos e plasmam a reconfiguração das sociedades. Emergem, na contemporaneidade, novos conceitos de cidadania (Gohn, 2014). É neste contexto que o movimento feminista, sendo sempre “ eminentemente reivindicativo” (Ferreira, 2005, p. 76), assume uma maior dimensão.

O movimento feminista tornou públicas questões antes consideradas privadas, como a violência doméstica ou a divisão sexual do trabalho, transformando as chamadas micro práticas quotidianas em questões políticas e consequentemente reconstruindo a esfera pública (Haje, 2003, p. 94). Neste sentido, Santos e Barros (2015)

afirmam que a luta das mulheres por empoderamento provocou mudanças na sociedade desde a conquista ao voto pelas sufragistas até a luta pela liberdade dos corpos.

Assim, o surgimento do movimento é marcado pela luta pelos direitos cívicos sociais, na chamada primeira vaga feminista. A emancipação feminina marca a segunda vaga do feminismo, num momento em que a luta das mulheres estabelece a politização dos espaços quotidianos de opressão e fomenta a vinculação de políticas de identidade e reconhecimento (Tomazetti, 2015). A terceira vaga traz luz a novos conceitos que promovem a discussão sobre diversidade e minorias, com base na ideia de que género, raça e classe são social e historicamente constituídos. Feminismo e pós-modernismo, diferença, diferença sexual, contra-feminismo, contra-dicção, ciberfeminismo, corpo, imagem são ideias que marcam a forma como atualmente o feminismo é definido (Macedo, 2006, p. 813).

Neste contexto, o ativismo feminista assume a utilização das ferramentas digitais interativas por indivíduos ou grupos socialmente motivados para

promover mudanças ou causas, evidenciando sentimentos de pertença e partilha, no chamado ciberfeminismo (Macedo, 2006). Nesta era digital, os estudos feministas têm-se debruçado sobre a análise do ativismo digital e conectividade (Haraway, 1991; Stone, 1996), percebendo as redes sociais *online* como ferramentas fundamentais para promover a causa. Segundo Burigo *et al.* (2016), com o crescimento do ciberativismo, ou seja, o ativismo nas redes cibernéticas, o movimento feminista pode encontrar um novo espaço para as suas ações, potencializando as suas reivindicações. O ciberfeminismo tem início com a massificação da Internet, nos anos 90 do século passado. O site “Feminist.com” foi criado em 1994, quando apenas 15% dos utilizadores da Internet eram mulheres (Brandt & Kizer, 2015). Progressivamente, através da apropriação da tecnologia, o ciberfeminismo foi-se materializando em diferentes suportes digitais e refere-se a “atividades online e digitais que explicitamente apoiam questões de conscientização de género e/ou um envolvimento ativo com a política feminista” (Brandt & Kizer, 2015, pp. 118-119).

Daniels defende que “o ciberfeminismo não é uma teoria única nem um movimento feminista com uma agenda política claramente articulada. Em vez disso, o “ciberfeminismo’ refere-se a uma série de teorias, debates e práticas sobre a relação entre género e cultura digital” (2009, p. 102). Boix e Miguel (2013) recuperam os conceitos de “ciberfeminismo radical” – o ativismo político radical de Sadie Plant e do coletivo artístico australiano VNS Matrix, que se baseavam numa lógica sexualizada do corpo como forma de protesto provocativo nos seus trabalhos artísticos – e “ciberfeminismo conservador” – considerado mais moderado, estava ancorado a listas de correio eletrónico só para mulheres para discutir questões feministas – de Galloway (1997), acrescentando a noção de “ciberfeminismo social”. Sendo esta última, uma tendência do ativismo feminista em rede que está diretamente relacionada com “a conexão aos movimentos antiglobalização neoliberal e aos grupos de ativistas em defesa dos direitos humanos, estabelecendo pontes entre estes movimentos e o feminismo e proclamando o uso estratégico de novas tecnologias

e do espaço virtual na transformação social” (Boix & Miguel, 2013, p. 57).

Como defendem Dieminger e Oliveira, “ativistas feministas ampliam sua rede de amigos com facilidade e de maneira exponencial no Facebook, rearticulando laços e provocando novas conexões em uma proporção muito maior do que na esfera off-line” (2015, p. 12). As autoras sublinham que a visibilidade de causas e da própria ideologia feminista é exponencialmente maior. A este propósito, Castells considera que na Internet “o feminismo constrói não uma, mas muitas identidades, e cada uma delas, em suas existências autónomas, apodera-se de micropoderes na teia universal tecida pelas experiências adquiridas no decorrer da vida” (2010, p. 238). A ligação entre os *media* sociais e o ciberfeminismo é evidente. Brandt e Kizer explicam que

O ativismo tornou-se mais acessível do que nunca, pois a Internet criou um espaço para a justiça social permear a cultura popular. Como uma ferramenta para o ativismo, a Internet não só traz as preocupações das feministas

para a atenção do público, mas também encoraja e apoia o discurso mediado sobre questões que exploram as intersecções de género, raça, classe e sexualidade (2015, p. 119).

Piñero-Otero e Martínez-Rolán sublinham que os movimentos ciberfeministas “caracterizam-se pela ausência de estruturas organizacionais em favor de uma rede distribuída, que é uma ruptura com o ativismo convencional” (2016, pp. 18-19). A indicação de ausência de estrutura organizativa refere-se à ideia de que a ligação à causa não está restrita a uma participação coordenada dos indivíduos (Bennet & Segerberg, 2012). Os *media* sociais e as redes sociais *online*, como o Facebook, apresentam-se como espaços para o desenvolvimento do ciberativismo, em escala nacional e internacional (Piñero-Otero & Martínez-Rolán, 2016).

Objetos de estudo e percurso metodológico

A página brasileira *Não me Kahlo* foi criada em 2015 e tem origem no

coletivo feminista com o mesmo nome, fundado em 2013 e formado por cinco jovens ativistas com diversas formações académicas: Bruna de Leão Rangel e Paola Barioni (advogadas), Thaysa Malaquias (arquiteta), Gabriela Moura (relações públicas) e Bruna de Lara (jornalista). No Facebook, o coletivo define-se como “um espaço de estudo e debate sobre o feminismo em suas diversas vertentes, respeitando a pluralidade social, a individualidade e valorizando o trabalho em conjunto para a construção de uma sociedade igualitária, dando atenção às demandas e pautas feministas”.

A *Capazes* é uma associação feminista portuguesa fundada pelas jornalistas e apresentadoras de televisão Iva Domingues e Rita Ferro Rodrigues, em dezembro de 2014, quando também criaram a página no Facebook. Primeiramente recebeu o nome de ‘Maria Capaz’ e em novembro de 2015 mudou para a designação atual. A *Capazes* identifica como objetivo “promover a informação e sensibilização para a igualdade de género, defesa do direito das mulheres e empoderamento das mesmas”.

A escolha destes objetos de análise justifica-se pelo facto de serem as páginas feministas com maior número de seguidores no Brasil e em Portugal em 2016, durante o período da coleta dos dados, na rede social mais popular mundialmente, o Facebook. Além disso, a comparação entre os dois países possibilita uma melhor compreensão das especificidades dos sistemas, culturas e padrões de pensar e agir (Esser & Vliegenthart, 2016, p. 4). Comparar o ativismo feminista *online* nesses dois países é também importante para combater a generalização do movimento – a ‘over-generalization’ (Esser & Vliegenthart, 2016) e observar a diversidade de causas e sujeitos, tão valorizada pelas teorias feministas de terceira vaga.

A opção metodológica foi a de análise de conteúdo quali-quantitativa dos *posts* publicados pelas páginas *Não me Kahlo* e *Capazes* durante o mês de março de 2016. O estudo exploratório desenvolvido visa responder às seguintes questões: quais as temáticas abordadas nas páginas dos dois países? Que feminismos são contemplados nos conteúdos disponíveis? A diversidade proposta pela terceira vaga feminista

tem espaço nos discursos apresentados? Em realidades sociais diferentes, Brasil e Portugal, que semelhanças e diferenças podemos encontrar nestas páginas?

Neste sentido, para a análise das duas páginas no Facebook foram recolhidos e contabilizados todos os *posts* de cada uma durante o mês de março de 2016. Este foi escolhido por ser o mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, “uma das efemérides mais marcantes para as organizações e ativistas que lutam pela igualdade de género” (Cerqueira & Cabecinhas, 2015, p. 38). Utilizámos a ferramenta *Netvizz*, disponibilizada pelo próprio Facebook, como um método digital que possibilita o mapeamento de conteúdo (Magalhães & Marôpo, 2016), permitindo criar uma lista com todas as postagens (e os respectivos *links* para as acessar).

Num primeiro momento do trabalho empírico, foi analisado o conjunto de postagens de cada página para identificar os assuntos abordados. Essa análise permitiu classificar os *posts* de acordo com a temática central em dez categorias. Categorias estas que foram criadas com base na

incidência de temas iguais tratados pelas páginas. Quando uma mesma temática apareceu três vezes ou mais em pelo menos um dos dois perfis, estas passaram a ser consideradas categorias. Assim contamos com as seguintes categorias de análise: violência contra a mulher, igualdade profissional, estereótipos de género, racismo, questões de classe, questões LGBT, vivências, outras causas sociais, reflexão sobre o feminismo e outros (para assuntos que apareceram menos de três vezes durante a análise).

Após a classificação dos temas abordados em categorias, realizámos uma análise de conteúdo de cunho qualitativo para verificar de que forma as páginas enquadram os temas, percebendo as diferenças editoriais dos perfis e dos contextos dos dois países. As postagens do dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher) foram analisadas de maneira mais apurada, por ser uma data central para o movimento feminista, recebendo normalmente atenção significativa.

Não me Kahlo e Capazes no Facebook

Na página brasileira *Não me Kahlo* encontrámos um total de 106 postagens no período analisado. A maior parte destas foi produzida pelo próprio coletivo, mas também são partilhados conteúdos de meios de comunicação tradicionais ou alternativos (estes últimos com menos frequência) ou de outras páginas no Facebook. Predominam ilustrações e vídeos curtos de campanhas ligadas ao feminismo e também notícias sobre assuntos ligados à temática.

Com 171 postagens, a página portuguesa *Capazes* tem quase a totalidade dos conteúdos provenientes do seu *site* oficial (*capazes.pt*). São textos de colaboradoras ligadas à Associação (cerca de 150 mulheres são identificadas como cronistas da página, com foto e um breve perfil), mas há também colaboradoras externas que atendem ao apelo por contributos no *site*. Predominam os relatos pessoais de experiências positivas ou negativas sobre a condição feminina, num tom confessional e literário (classificados na categoria *vivências*). A página, ao contrário da sua congénere brasileira,

Quadro 1

Temáticas	Postagens <i>Não me Kahlo</i> : 106	Postagens <i>Capazes</i> : 171
Violência contra a mulher	35	29
Igualdade profissional	6	17
Estereótipos de gênero	12	18
Racismo	8	1
Questões de classe	4	1
Questões LGBT	3	6
Vivências	0	27
Outras causas sociais	21	10
Reflexão sobre o feminismo	6	40
Outros	11	22

Fonte: elaboração própria.

inclui publicidade. No mês em análise, encontramos publicidade da marca de manteiga Matinal e do produto de higiene íntima Saforelle.

Quanto às temáticas abordadas, verificamos que existe uma forte incidência da ‘violência contra a mulher’ nas duas páginas, mas as diferenças entre os dois perfis são bastante significativas como é visível no quadro 1.

Na página *Não me Kahlo*, a temática ‘violência contra a mulher’ é a mais frequente, com um total de 35 *posts*. Dividimos essa categoria em subcategorias, para uma melhor visualização dos tipos de violência tratados. Foram encontrados *posts* sobre feminicídio íntimo (8), feminicídio não íntimo (2), violência doméstica (2), assédio sexual (7), violação (4) e outras violências (5) (como a violência psicológica, por exemplo). Foram contabilizados ainda um total de sete *posts* que abordam mais de um destes tipos de violência.

Estas postagens são em grande parte notícias publicadas pelos *media* tradicionais sobre assassinatos de mulheres, maioritariamente pelos seus parceiros. A comunicação social serve também como fonte de informação para a produção de conteúdos pelo Coletivo.

O vídeo ‘Feminismo não é mimimi’, por exemplo, contrapõe comentários desmerecendo a causa feminista com notícias de diversos jornais brasileiros sobre a violência contra a mulher.

As publicações sobre violência contra a mulher incluem também casos de assédio e questões internacionais, como a mutilação genital em países da África. A página brasileira partilha ainda denúncias divulgadas nas redes sociais de mulheres vítimas de violência. Além disso, o coletivo cria ou partilha campanhas *online* sobre o tema. Por exemplo, #meuamigosecreto - que conseguiu repercussão nas redes sociais no final de 2015, fazendo um paralelo com a tradicional brincadeira de amigo oculto para expor atitudes machistas que passam despercebidas - ou o *print screen* de uma ilustração, publicado originalmente pelo perfil do Twitter “Mua ha ha” (@Lesbicapeta), criticando a culpabilização de vítimas de estupro.

A grande incidência de postagens sobre o feminicídio íntimo reflete em parte a visibilidade dada ao assassinato, em 10 de março, da estudante Louise Ribeiro (20 anos), na Universidade de Brasília, por Vinícius

Neres (19 anos), um colega de curso com quem se recusou a ter um relacionamento. O crime teve grande repercussão nos principais meios de comunicação brasileiros.

A segunda maior categoria, ‘outras causas sociais’, com 21 publicações, é em grande parte dedicada a divulgar conteúdos produzidos pelo Movimento Down no âmbito da Campanha pelo Dia Mundial da Síndrome de *Down*, 21 de março. Nesta categoria, encontramos também *posts* que abordam diferentes aspetos da crise política no Brasil, marcada nesta época por uma forte polarização do discurso entre apoiantes do *impeachment* de Dilma Rousseff e os que denunciavam o *golpe* contra a presidente. Sem referir diretamente uma posição em relação ao conflito, os conteúdos originais ou partilhados criticam claramente pontos de vista conotados com partidários do *impeachment*.

Na categoria ‘estereótipos de gênero’ (12 *posts*), predominam críticas sobre as exigências sociais em relação à aparência das mulheres e a pressão que sofrem por um ‘corpo perfeito’ e pelo ‘peso ideal’. Na categoria ‘outros’, estão inseridas 11 postagens

partilhadas de outras páginas feministas no Facebook, agradecimentos pelo crescimento do número de seguidores da página e divulgação do livro “#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes” (Edições de Janeiro) de autoria do coletivo feminista.

O ‘racismo’ é tema de oito *posts*, a maioria com denúncias de situações de discriminação no Brasil que afetam homens e mulheres. Sobre ‘igualdade profissional’ encontramos seis *posts* partilhados de outras fontes (jornais ou *sites* noticiosos) que revelam conquistas profissionais de mulheres, denunciam discriminação ou desigualdade salarial entre homens e mulheres ou revelam a luta feminina por reconhecimento profissional. A categoria ‘reflexões sobre o feminismo’ também incide sobre seis publicações, que incluem divulgações de eventos feministas e entrevistas com ativistas. Quatro *posts* discutem ‘questões de classe’, referindo a estigmatização de empregadas domésticas no país, as dificuldades de mobilidade social e conflitos entre classes sociais.

Na temática ‘questões LGBT’, três *posts* noticiam conquistas: o reconhecimento pela 1ª Vara da Família

e Sucessões do Foro Regional de Pinheiros (São Paulo) da dupla maternidade de duas crianças que foram geradas por fertilização artificial; a recusa do cantor Adam Lambert de interpretar um travesti no *remake* do filme ‘Rocky Horror Picture Show’, por acreditar que atrizes travestis e transexuais também devam ter espaço e a mobilização da atriz canadiana Ellen Page, que visitou o Brasil no âmbito do seu ativismo em favor da comunidade LGBT. Não há postagens na página brasileira classificadas na categoria ‘vivências’.

Sobre a página portuguesa *Capazes*, a categoria ‘reflexões sobre o feminismo’ foi a que obteve o maior número de postagens: 40. Estas incluem abordagens sobre o feminismo enquanto causa social e são feitas através da divulgação de eventos feministas, de entrevistas com foco no feminismo (com a fadista Ana Moura, por exemplo) e do Projeto Capazes nas Escolas (uma ação para divulgar os direitos das mulheres entre os estudantes e promover a igualdade de género).

A ‘violência contra a mulher’ é a segunda maior categoria na página

portuguesa, com um total de 29 postagens. Como subcategorias, há maior incidência da ‘violência doméstica’ (8) e da ‘violência psicológica’ (15), principalmente relatos pessoais de vítimas portuguesas e denúncias de casos internacionais, além de um vídeo produzido pela *Capazes* com o antropólogo feminista Miguel Vale de Almeida, que analisa o fenómeno da violência doméstica em Portugal. O ‘feminicídio não íntimo’ está presente na carta aberta ‘Ontem mataram-me’, escrita pela estudante Guadalupe Acosta sobre o assassinato de duas turistas argentinas, Marina Menegazzo (21 anos) e María José Coni (22 anos), no Equador, em fevereiro de 2016. Com significativa repercussão mundial, a carta também foi divulgada pela *Não me Kahlo*.

Uma das grandes diferenças entre as duas páginas verifica-se na categoria ‘vivências’, ausente na página brasileira, mas com 27 postagens na página portuguesa. Essa categoria foi criada para integrar o grande número de publicações da *Capazes* com relatos individuais de mulheres sobre temas diversos como amizade, solidão, autocobrança e autoconhecimento.

A categoria ‘outros’ tem 22 postagens e inclui, entre outros temas, publicidades de produtos comerciais, como é o caso da propaganda da manteiga ‘Matinal’, que aparece três vezes no mês analisado. Na categoria ‘estereótipos de género’, encontramos 18 postagens, na sua totalidade crónicas que discutem a imposição de papéis sociais às mulheres no âmbito da maternidade, das tarefas domésticas, entre outros.

Também com grande incidência, a categoria ‘igualdade profissional’ inclui 17 postagens que denunciam situações de desigualdade no mercado de trabalho ou destacam conquistas femininas neste âmbito.

Na temática ‘outras causas sociais’, com dez *posts*, foram divulgadas por exemplo campanhas a favor da eutanásia, contra o abuso sexual de crianças, prevenção de diabetes e uma mensagem de solidariedade pelos atos terroristas em Bruxelas que mataram 35 pessoas e feriram mais de 300 pessoas no dia 22 de março de 2016.

Seis *posts* abordam ‘questões LGBT’, com grande destaque para a adoção de crianças por casais

homossexuais. O tema tinha grande visibilidade pública na época devido à entrada em vigor em 1 de março de 2016 da lei n.º 2/2016 que permitiu a casais do mesmo sexo adotarem, após um percurso de avanços e recuos, que incluiu um veto presidencial à lei aprovada no parlamento.

A categoria ‘racismo’ tem um único post na *Capazes*, que aborda a polémica em torno do poema ‘Abecedário sem juízo’, de Luísa Ducla Soares, onde consta o verso ‘H é a Helena, é preta, diz que é morena’. A crónica ‘Afinal qual é o plano?’, de Ana Vicente, critica a inclusão do referido poema no manual de português do 2º ano, ‘O Mundo da Carochinha’. Encontramos também um único *post* na categoria ‘questões de classe’: a crónica ‘A empregada do Lopes’, de Patrícia Motta Veiga, conta a história de uma mulher obrigada a trabalhar como empregada doméstica aos 14 anos, vítima de exploração e assédio sexual do patrão.

O Dia da Mulher

O Dia Internacional da Mulher é comemorado em 8 de março e a efeméride tem sido utilizada nas últimas

décadas para estimular o debate social sobre a causa feminista. Nesta perspetiva, considerámos importante analisar especificamente como as duas páginas agendam e enquadram a efeméride. Discutimos aqui as postagens neste dia, mas devemos referir que as publicações com referência à data começaram antes.

A página *Capazes* veiculou um total de 23 *posts* a 8 de março, fruto de reflexões sobre a data e da cobertura do evento ‘Shots Feministas’, organizado pela Associação em parceria com o Village Underground Lisboa⁵. O encontro realizado no Museu da Carris, na capital portuguesa, reuniu especialistas para debater numa perspetiva feminista temas que incluíam, entre outros, igualdade de género, parentalidade, a violência contra a mulher, os direitos da comunidade LGBT e a relação entre o feminismo e áreas como a política ou os *media*.

O objetivo, explica a página, é ‘pensar o Dia da Mulher de forma diferente’. Este ‘diferente’ parece ser a promoção de um tom de reflexão em

⁵ Espaço de *cowork*, incubadora de indústrias criativas e espaço de eventos multiculturais sediado no Museu da Carris, em Lisboa.

detrimento da comemoração, como demonstram várias das publicações. A crónica ‘Queremos o mundo’ (por Rita Ferro Rodrigues, fundadora da Associação) afirma que as mulheres não querem flores ou bombons pela data, mas igualdade de direitos e de oportunidades. Outra crónica, ‘Um dia da mulher assinalado no feminino’ (por Lúcia Gonçalves), defende que a maior luta que deve ser travada é com as próprias mulheres. Já “15 formas de educar uma feminista” (por Mikaela Óven) defende que uma parentalidade consciente é obrigatoriamente feminista e afirma: “só quando as palavras ‘feminista’ e ‘feminismo’ não causarem polémica nenhuma é que o nosso trabalho estará feito”.

Além de fotos, depoimentos e breves informações sobre os debates nos ‘Shots Feministas’, as postagens da *Capazes* no dia 8 incluem também dois *gifs* defendendo a igualdade de género nas profissões. O primeiro deles, intitulado ‘Lugar de mulher é onde ela quiser’, mostra mulheres realizando atividades profissionais frequentemente conotadas como masculinas. O segundo, com o mesmo título, mostra

mulheres que contribuíram de forma destacada para a evolução da ciência ao longo da História.

A página brasileira *Não me Khalo* fez apenas quatro postagens no Dia da Mulher. Duas delas abordam a temática de maior incidência na página: a violência contra a mulher. A primeira é uma ilustração que recomenda: “nesse dia das mulheres pegue essas flores e coloque no túmulo das mulheres que foram assassinadas por seus companheiros”, inspirada pela campanha #NãoQueroFlores, criada pelo coletivo feminista Lado M para marcar a efeméride em 2016 e que alcançou grande repercussão nas redes sociais no Brasil.

A segunda publicação é um vídeo produzido pelo próprio coletivo que denuncia diversos tipos de violência contra a mulher ao som de ‘Rosa’, composição de Pixinguinha e Otávio de Sousa (1917) que exalta a figura feminina e que se tornou um clássico da música brasileira. O texto que apresenta o vídeo critica com ironia homenagens romantizadas à mulher, por não contribuírem para combater a violência de que são alvo ou para mudar as suas condições de vida.

A terceira postagem é uma partilha da peça ‘Dia da Mulher: ativistas comentam *hashtags* sobre poder feminino’, veiculada originalmente no portal *globo.com* no mesmo dia 8 de março. Com depoimentos em vídeos e imagens, cinco jovens ativistas comentam o impacto das campanhas feministas na Internet, entre elas Gabriela Moura, membro do coletivo *Não me Khalo*.

Por fim, o coletivo aproveita o Dia da Mulher para divulgar o primeiro livro de sua autoria ‘#MeuAmigo-Secreto: feminismo além das redes’ (Edições de Janeiro), lançado em maio de 2016. Inspirado pela grande repercussão desta (de autoria do próprio coletivo, como referimos anteriormente) e de outras campanhas feministas nas redes sociais, o livro aborda temas como o feminismo negro, machismo no mundo *geek*, cultura do estupro, sexualidade feminina e vários outros.

Discussão e conclusão

O estudo exploratório que realizámos neste artigo comparou os conteúdos veiculados no Facebook de duas páginas feministas, *Não me*

Khalo (Brasil) e *Capazes* (Portugal), durante o mês de março de 2016. Os resultados permitem afirmar que os dois perfis partilham inúmeras semelhanças na sua agenda ativista no sentido da promoção de uma identidade coletiva, com destaque para duas grandes temáticas em comum: o combate à violência contra a mulher e aos estereótipos de género.

Neste sentido, são um exemplo de enlaçamento identitário, como identifica Pereira (2011). Além dos temas gerais partilhados, também encontramos conteúdos em comum que atestam a participação na promoção de uma opinião pública internacional. As duas páginas difundiram, por exemplo, a carta ‘Ontem mataram-me’, escrita pela estudante Guadalupe Acosta como denúncia ao assassinato de duas turistas argentinas, Marina Menegazzo (21 anos) e María José Coni (22 anos), no Equador, em fevereiro de 2016. Este feminicídio esteve na origem da ação transnacional ciberfeminista #ViajoSola (Piñeiro-Otero & Martínez-Rolán, 2016).

Por outro lado, este estudo comparativo permitiu perceber inúmeras nuances nas características de cada

página, em consonância com a ideia de Tomazetti (2015), discutida anteriormente, de que as redes possuem ‘nós’ feministas com segmentos múltiplos.

Uma primeira diferença que podemos apontar diz respeito à organização ativista por trás das duas páginas. *A Não me Kahlo* é composta por um coletivo de ativistas anónimas cuja popularidade foi conquistada nas plataformas *online*. Este reconhecimento começa a chegar à esfera mediática (que recorre às ativistas como fonte de informação sobre a causa feminista, o que pode favorecer a uma maior legitimação social) e para o mercado editorial (o lançamento de livros pode se constituir como fonte de rendimentos que possibilite uma profissionalização do seu ativismo). Numa perspetiva contrastante, o reconhecimento público das ativistas fundadoras da *Capazes*, que são celebridades portuguesas dos *media* tradicionais, parece funcionar como um capital social que impulsiona a significativa popularidade da página e atrai como colaboradoras inúmeras personalidades femininas formadoras de opinião. A gestão mais profissionalizada da associação inclui a adesão a anúncios publicitários no seu perfil

no Facebook, como uma fonte de financiamento do seu ativismo.

A diversidade proposta pela terceira vaga feminista - que assume as mulheres como um conjunto de identidades variadas, incluindo diferenças de classe, etnias, orientação sexual, entre outras, em oposição à ênfase nas experiências das mulheres brancas de classe média-alta que caracterizou a segunda vaga - aparece com pouca frequência como temática principal nos conteúdos veiculados nos dois perfis. No entanto, na página brasileira o debate sobre esta diversidade - nomeadamente o racismo e as desigualdades de classe - surge com maior regularidade, em grande parte como representação de uma mobilização social ampla em torno destes temas, num país caracterizado por fortes disparidade económicas e por preconceitos raciais. Encontramos somente uma referência a cada um dos dois temas na página de Portugal. Em contrapartida, as questões LGBT estão duas vezes mais presentes como temática principal no perfil da página portuguesa, refletindo a visibilidade pública da entrada em vigor da lei n.º 2/2016 que permitiu a casais do

mesmo sexo adotarem. Mas nenhum dos três temas (racismo, desigualdade de classe ou questões LGBT) foi alvo de campanhas expressivas nas duas páginas.

Uma outra nuance que podemos identificar na análise das temáticas diz respeito às diferenças de tom nas narrativas das duas páginas. Na página portuguesa, o próprio feminismo enquanto objeto de análise é a temática mais frequente, em *posters* sobre eventos de disseminação da causa, que frequentemente surgem numa perspectiva reflexiva sobre as conquistas e desafios do movimento. Além desta temática, as publicações com assinaturas individuais das autoras, geralmente crônicas produzidas originalmente para o *site* da associação, privilegiam tons intimista, reflexivo e/ou confessional. São narrativas de um feminismo em primeira pessoa, com grande incidência em questões relacionadas ao que Haje (2003) denomina como micro práticas quotidianas. Assim, foram identificados um número bastante expressivo de *posts* classificados na categoria ‘vivências’, que abordam os direitos das mulheres por meio do relato de experiências pessoais, com

posicionamentos político-partidários pouco explícitos, em proximidade ao que Boix e Miguel (2013), inspirados em Galloway (1997), chamaram de ciberfeminismo conservador.

No perfil brasileiro, diferentemente, predominam abordagens a que os autores chamaram ciberfeminismo social. Neste, o ativismo feminista está conectado à defesa dos direitos humanos em geral, por meio do uso estratégico do espaço virtual em prol da transformação social. Na *Não me Kahlo*, os discursos são fortemente politizados (como demonstram os inúmeros *posters* que se contrapunham ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff) e prevalecem tons reativos, reivindicativos ou de denúncias (como demonstram campanhas que alcançaram significativa repercussão social como, por exemplo, “o feminismo não é mimimi”).

As postagens de 8 de março, Dia da Mulher, também refletem as diferenças entre as páginas. No Brasil, o tema de destaque é a violência contra a mulher, especificamente o feminicídio. Na página portuguesa, o próprio feminismo como causa é destacado numa perspectiva reflexiva, juntamente com

denúncias da desigualdade profissional entre homens e mulheres.

Além disso, os diferentes contextos dos dois países influenciaram fortemente as diferenças apontadas acima. Em Portugal, conquistas feministas – traduzidas na legislação – são assumidas como verdadeiras, mas elementares para uma luta continuada por igualdade. O Brasil tem uma legislação conservadora do ponto de vista feminista e a violência de gênero assume dimensões alarmantes, bem como a desigualdade social (que é fortemente marcada por questões étnicas e de gênero).

Enquanto estudo exploratório, esta investigação tem inúmeras limitações. A análise de uma página de cada país não dá conta da diversidade do movimento feminista no Brasil e em Portugal. Além disso, a observação restrita aos conteúdos não contempla a interação com os seguidores, fundamental na pesquisa sobre ciberativismo. Nesse sentido, apontamos para a necessidade de, em investigações futuras, mapearmos as páginas feministas com popularidade expressiva nos dois países e alargarmos o estudo para a participação da audiência.

REFERÊNCIAS

- Amaral, I. (2016). *Redes Sociais: Sociabilidades emergentes*. Covilhã: Editora LabCom.IFP.
- Bakardjieva, M. (2015). Do clouds have politics? Collective actors in social media land. *Information, Communication & Society*, 18(8), 983-990.
- Batista, J. (2012). Apropriações ativistas em sites de redes sociais: cartografia das ações. Dissertação de mestrado, *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Brasil.
- Batista, J. A. & Zago, G. (2010). Ativismo em Redes Sociais Digitais: Os fluxos de comunicação no caso #forasarney. *Estudos em Comunicação*, 8, 129-146. Retirado de: <http://www.ec.ubi.pt/ec/08/pdf/EC08-2010Dez-08.pdf>
- Bennett, W. L. & Segerberg, A. (2012). The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, 15(5), 739-768.
- Boix, M. & Miguel, A. (2013). Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. In G. Natanshon, *Internet em Código Feminino: Teorias e Práticas* (pp. 39-76). Buenos Aires, La Crujía Ediciones.
- Brandt, J. & Kizer, S. (2015). From Street to Tweet. In A. Trier-Bieniek (ed). *Feminist Theory and Pop Culture* (pp. 115-127). Rotterdam: SensePublishers.
- Burigo, B. et al. (2016). A Joanna sou eu, mas a casa é nossa: a emergência de um locus midiático colaborativo feminista. *Revista Café com Sociologia*, 5, 64-77. Retirado de: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/636/pdf>.
- Câmara, M. (2016). Feminist cyberactivism: an analysis of the fanpage 'Feminismo sem demagogia-Original'. *International Journal of Marketing, Communication and New Media*, Special Number 1 – QRMCM, 62-78. Retirado de: <http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/ijmcm/article/view/213/100>.
- Cammaerts, B. (2012). Protest logics and the mediation opportunity structure. *European Journal of Communication*, 27(2), 117-134.
- Castells, M. & Cardoso, G. (orgs.). (2006). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Castells, M. (2010). *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cerqueira, C. & Cabecinhas, R. (2015). A cobertura jornalística do Dia Internacional das Mulheres na imprensa portuguesa: mudanças, persistências e reconfigurações. *Revista Novos Olhares*, 4(1), 37-51. Retirado de: <http://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/102209/102422>.
- Coleman, S. & Blumler, J. G. (2009). *The Internet and democratic citizenship. Theory, practice and policy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dahlberg, L. (2001). Computer-mediated communication and the public sphere: a critical analysis. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 7(1).
- Daniels, J. (2009). Rethinking cyberfeminism(s): Race, gender, and embodiment. *WSQ: Women's Studies Quarterly*, 37(1), 101-124.
- Dieminger, C. C. & de Oliveira, R. S. (2015). Protagonismo ascendente: o ativismo online nas lutas feministas. *Derecho y Cambio Social*, XII,

- 1-18. Retirado de: http://www.derechoycambiosocial.com/revista039/PROTAGONISMO_ASCENDENTE_LUTAS_FEMISTAS.pdf.
- Esser, F. & Vliegenthart, R. (2016). Comparative Research Methods. In J. Matthes, R. Potter & C. S. Davis (eds.) *International Encyclopedia of Communication Research Methods*. London: Wiley-Blackwell.
- Esteves, J. P. (2007). Os novos media na perspectiva da democracia deliberativa: sobre redes e tecnologias de informação e comunicação. In E. B. Pires (org.) *Espaços públicos, poder e comunicação* (209-224). Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, M. L. (2005). Feminismo/Feminismos. In A. G. Macedo & A. L. Amaral (ed.) *Dicionário da Crítica Feminista* (pp. 76-78). Porto: Edições Afrontamento.
- Galloway, A. (1997). Un informe sobre ciberfeminismo: Sadie Plant y VNS Matrix análisis comparativo. Disponível em: <http://www.estudiosonline.net/texts/galloway.html>
- Gohn, M. (2014). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Granovetter, M. S. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.
- Haje, L. (2003). Esferas públicas feministas na Internet. *Logos*, 10(2), 88-105. Retirado de: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/16505/12342>.
- Haraway, D. (1991). *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. Nova Iorque: Routledge.
- Lemieux, V., & Ouimet, M. (2004). *Análise Estrutural das Redes Sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Macedo, A. G. (2006). Pós-feminismo. *Revista Estudos Feministas*, 14(3), 813-817. Retirado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300013>.
- Magalhães, M. & Marôpo, L. (2016). Investigação em comunicação digital: uma reflexão sobre métodos para a análise de redes sociais. *Revista Comunicando*, 5(1), 86-103. Retirado de: <http://www.revistacomunicando.sopcom.pt/ficheiros/20160706-artigo5.pdf>.
- Melucci, A. (1995). The process of collective identity. In H. Johnston & B. Klandermans (eds.) *Social movements and culture* (pp. 41-63). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Micheletti, M. (2003). Shopping with and for Virtues. In M. Micheletti (ed.) *Political virtue and shopping* (pp. 149-168). Palgrave Macmillan US.
- Papacharissi, Z. (2002). The virtual sphere: the internet as a public sphere. *New Media Society*, 4(1), 9-27.
- Pereira, M. (2011). Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. Atas do IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Retirado de: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>.
- Piñeiro-Otero, T. & Martínez-Rolán, X. (2016). Los memes en el activismo feminista en la Red: # ViajoSola como ejemplo de movilización transnacional. *Cuadernos. info*, 39, 17-37. Retirado de: <http://cuadernos.info/index.php/CDI/article/view/cdi.39.1040/pdf>.
- Rigitano, M. (2003). Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. *Biblioteca On-line de Ciências da*

Comunicação. Retirado de: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>.

Santos, N. & Barros, J. (2015). O movimento feminista no Facebook: uma análise das páginas Moça, você é machista e Feminismo sem demagogia - Original. Atas do Simpósio Internacional de Tecnologias e Narrativas Digitais, Universidade Federal do Maranhão. Retirado de: <http://www.labcomdata.com.br/wp-content/uploads/2015/12/SantosN-deOBarrosJFPaper.pdf>.

Stone, L. (1996). Feminist political theory: Contributions to a conception of citizenship. *Theory & Research in Social Education*, 24(1), 36-53. Retirado de: <http://www.tandfonline.com/doi/ref/10.1080/00933104.1996.10505768?scroll=top>.

Tomazetti, T. P. (2015). O feminismo na era digital e a (re)configuração de um contexto comunicativo para políticas de gênero. *Razón y Palabra*, 90, 1-17. Retirado de: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N90/Varia/16_Tomazetti_V90.pdf.